

Paz e Guerra na África

Wolfgang Döpcke*

Observando os conflitos armados na África, experimenta-se uma verdadeira alternância de sentimentos entre euforia e desespero. Parece que a cada vez em que um conflito se encerra com a celebração de um tratado de paz (ou/e com eleições), reaparece um novo confronto armado em outro canto do continente. Em vez de acabar de vez, as guerras africanas se arrastam pelo continente como os incêndios da seca no sertão brasileiro: quando se apaga um, surgem dois novos focos de fogo. Como na seca violenta, parece possível que o fogo da guerra se acenda em qualquer canto, como se todos os lugares possuíssem as mesmas condições altamente susceptíveis a se incendiarem.

O último exemplo deste ciclo guerra-paz-guerra é dado pelo Sudão, país mergulhado na guerra civil mais prolongada do continente. Este conflito, que, desde 1962, desdobrou-se, somente interrompido por um intervalo de frágil paz entre 1972 e 1983, etapa por etapa, para verdadeiras dimensões apocalípticas, provocando direta e indiretamente entre 2 milhões e 2,5 milhões de mortes e cerca de 4 milhões de refugiados.

As raízes desta guerra no Sudão são complexas e com bastante profundidade histórica. Localizam-se na incapacidade do Estado sudanês de conceder direitos culturais, políticos e econômicos iguais para suas diversas populações – principalmente aquelas do Sul do país –, que se encontram trancadas numa heterogênea invenção territorial da Partilha da África do final do Século XIX. A descoberta de petróleo no Sul do país em 1978 somente agravou o confronto. Desde 2002, envolvendo um esforço diplomático dos Estados vizinhos e sendo caracterizado por sérios reveses, desenvolve-se mais um “processo de paz” que, no final de 2003, parece ter chegado a uma

conclusão aceitável para todos os lados, afirmando o direito de autodeterminação para o Sul, e esboçando uma fórmula de partilha das riquezas petrolíferas e não-petrolíferas entre o Norte e o Sul. Neste exato momento de reais chances de paz, na mais prolongada guerra na África, eclodiu um novo confronto armado na região ocidental do Sudão, na província de Darfur que, em pouco tempo, transformou-se em uma das mais severas crises humanitárias da atualidade – como afirmou uma ONG – deixando milhares de mortos e quase um milhão de refugiados. Esta explosão em Darfur, depois de décadas de tensão, é até semelhante à situação do Sul do Sudão. Trata-se de uma região extremamente marginalizada, que tanto sofre em termos das suas divisões etno-econômicas internas quanto de uma longa e sistemática história de humilhação, exploração, pilhagem, estupro e até escravização por milícias “árabes”, apoiadas pelo governo em Cartum.

Em vez de se transformar em um país pacificado com a conclusão do tratado de paz entre governo central e a insurreição no Sul, o Sudão está vivenciando, ao mesmo tempo, o surgimento de um conflito muito parecido no oeste do país. Esta imagem de migração de conflitos se repete, em maior escala, no continente inteiro e entre os seus Estados. Durante a Guerra Fria, a África Austral foi a principal região de guerra (Moçambique, Angola, Zimbábue, Namíbia e África do Sul), mas após a relativa pacificação desta região, a África Ocidental – até então considerada uma região de paz, ou melhor, como um autor colocou, de “não-guerra” – passou a ser vista como um dos principais *foci* de conflitos armados no continente. Em seqüência rápida, desenrolam-se conflitos na Libéria, em Serra Leoa, de novo na Libéria, em Guiné e Guiné Bissau, no Senegal e, ultimamente na Costa de Marfim.

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).

Menores conflitos armados durante os anos 1990 aconteceram no Mali, no Chade e em Níger. Na África Central, o eixo conflituoso durante os anos 1990 é composto por Uganda, Ruanda, Burundí, Zaire e Congo e no chamado Chifre da África os três Estados Somália, Etiópia e Eritreia se envolveram em confrontos armados de diversos tipos. Aqui também a seqüência parece ser cíclica: terminaram as guerras tanto inspiradas pelas reivindicações territoriais do nacionalismo somali quanto pelas oposições contra o imperialismo “interno” etíope, alimentadas ainda por interesses estratégicos das superpotências, somente para ceder lugar à desintegração violenta do Estado da Somália e a uma guerra convencional entre a Etiópia e Eritreia. No Zaire, ao invés de ceder lugar à paz, os combates com alinhamento global no esquema da Guerra Fria foram substituídos por uma horrorosa guerra civil com participação de até oito Estados africanos vizinhos. Os custos humanos e materiais destas guerras dos anos 1990, como se pode imaginar, são imensos e inibem qualquer desenvolvimento das regiões atingidas.

Por que o fim da competição bipolar e das guerras substitutas (“proxy wars”) não trouxe, como se esperava, um significativo aumento de paz para o continente africano? Estatisticamente, o número de conflitos armados principais no continente caiu durante a primeira metade da década dos anos 1990 (de 17 em 1990 para 9 em 1995) e depois começou de novo a subir para 14 em 1994. Quase todos estes conflitos são guerras internas, mas na sua maioria

incorporam uma dimensão trans-fronteiriça. Trata-se, na sua maioria, de chamadas “guerras de baixa intensidade” – um termo meio eufemístico, que se refere à natureza dos combates e ao armamento envolvido e não às vítimas, que são muitas e principalmente civis. Em alguns casos, porém, temos guerras verdadeiramente híbridas, como os múltiplos combates no território de Zaire/DRC, mesclando elementos de guerras convencionais com guerras de “low density”, com insurreição e contra-insurreição e com “tribal warfare”.

Para não deixar dúvidas, a África certamente representa o continente mais conflituoso em comparação com a sua população. Mas a África compartilha com a Ásia os maiores números absolutos de conflitos nos anos 1990. Geograficamente, existem dois grandes arcos de conflitos nos anos 1990: um se estende pela África, o outro é formado por uma larga faixa de países, começando nos Bálcãs europeus, estendendo-se pelo Próximo e Médio Oriente até o subcontinente indiano.

Poucos dos conflitos na África perduraram a última década inteira. Observa-se, portanto, que alguns conflitos foram resolvidos (por exemplo: África do Sul, Namíbia, Moçambique, Ruanda, Guiné-Bissau, a guerra Etiópia-Eritreia, entre outros), e resultaram em situações de paz até hoje. O continente africano conhece, destarte, a conclusão negociada de conflitos. Entretanto, como foi argumentado acima, estes conflitos bem-resolvidos foram “substituídos” por outros novos confrontos armados. Alguns conflitos

Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

também se reascenderam várias vezes durante a década e até hoje (por exemplo, os de Angola, Zaire, Libéria e Serra Leoa). Embora a paz se configure com alto índice na agenda africana (por exemplo, no Ato Constitutivo da União Africana), parece que os Estados africanos não conseguem eliminar o confronto armado do seu cotidiano.

Então, porque tantos conflitos armados na África e por que o fim da Guerra Fria não alterou esta situação? Uma primeira, e provisória, resposta destacaria a facilidade e os baixos custos do desembarque para um confronto armado, como a alta disponibilidade de armas leves na África, a custos bem baratos, fato que liga estas guerras com os interesses dos fabricantes de armamento (inclusive brasileiros) e do tráfico internacional de armas. Enquanto, depois de 1989, o comércio de Estado para Estado (africano) de armas pesadas e sofisticadas caiu dramaticamente, aquele de armas leves, estima-se, aumentou. As fraquezas institucionais e militares dos Estados africanos, a geografia e o ambiente natural do continente, a facilidade de envolver países vizinhos e conquistar tanto apoio quanto espaços seguros de retirada e recomposição, as comunicações precárias e as dificuldades do público ficar informado e saber de atrocidades e, finalmente, o modo como muitos conflitos são resolvidos, envolvendo a cooptação de insurgentes ao poder – o chamado “power-sharing” – tudo isso faz a guerra uma aposta relativamente segura, tanto para os governos quanto para os desafiantes. Ao final, em todos os casos não são os combatentes (sejam eles tropas governamentais ou insurrectos) que sofrem mais com a violência, mas sim a população civil que serve como massa de manobra e de seqüestro pelos dois lados.

Entretanto, a facilidade e os baixos custos e riscos não explicam as causas mais profundas da frequência de guerras na África. Aí entramos no campo minado do discurso acadêmico e político, que certamente produz amplas perspectivas e conhecimento, mas que está longe de um consenso interpretativo. Historicamente, para explicar esta frequência de guerras, culpou-se muito as grandes potências e a

sua luta pelas esferas de influência e por clientes. Os conflitos armados não seriam guerras africanas de verdade, mas sim, guerras substitutivas (“proxy wars”).

Mais recente, o debate das causas das guerras africanas privilegiou uma perspectiva mais indígena. Tem alguns que afirmam que a cultura política do continente africano não apreciaria a paz como um valor em si e que, pelo contrário, a força e a violência não representariam desvios da “normalidade”, mas constituiriam esta “normalidade” e seriam considerados modos comuns de “comunicação” nas sociedades africanas. Este argumento parece semelhante com a proposta de Chabal e Daloz, no influente livro: “Africa works: Disorder as Political Instrument”, em não abordar desordem, insegurança e caos na África sob uma perspectiva de comparação normativa (com um ideal ocidental), mas de descobrir a função e a própria racionalidade destes fenômenos na política neopatrimonial dos Estados africanos.

Uma segunda perspectiva popular enfatiza o processo histórico da criação dos Estados Africanos como resultado da partilha imperialista do continente no final do século XIX e a resultante natureza do Estado africano (multi-étnico com fronteiras “artificiais”), como o principal vetor explicativo da frequência de conflitos armados. Etnicidade se configura num sentido duplo como causadora de violência. De um lado, identidades étnicas são consideradas identidades exclusivas que necessaria e intrinsecamente levam a um choque de identificações e de interesses no mesmo universo social. De outro lado, propõe-se que as identificações étnicas, isto é, os sentimentos genuínos de grupo e solidariedade do homem comum são manipulados e instrumentalizados pelas elites na sua luta por recursos e poder político.

Uma terceira via explanadora vincula a pobreza, que principalmente caracteriza os Estados africanos, com a prevalência de conflitos violentos. Ultimamente surgiram, enfim, figuras explicativas de um suposto novo tipo de guerra na África: a guerra por e através da comercialização de recursos naturais como diamantes, ouro, coltan e outras mercadorias com fácil venda nos mercados internacionais. O desejo de

pillhar riquezas e a ganância dos rebeldes seriam as causas principais dos conflitos, segundo este paradigma econômico de guerra. O discurso justificativo, lamentando injustiças, seria artificialmente criado e os grupos rebeldes iriam parecer mais com o crime organizado do que com movimentos de protesto.

É fácil derrubar cada um destes paradigmas quando estes se projetam como explicações genéricas e sugerem reduzir uma complexa diversidade de causas em um denominador único e simples. Histórica e atualmente, a África experimenta tipos diferentes de guerra – apontando causas distintas: guerras de libertação colonial, guerras de separatismo étnico, guerras de unificação étnica, guerras sobre território e o percurso de fronteira, guerras contra opressão racial, guerras pelo poder no Estado, motivadas por várias razões. Aliás, todos estes tipos de guerra existem no mundo inteiro e não são especificamente africanas. O que a maioria destas guerras na África têm em comum, no que concerne às suas causas profundas, é melhor sistematizado pelo paradigma das necessidades humanas (“human needs theory”). Segundo este raciocínio, graves conflitos armados refletem uma profunda e duradoura crise de

governabilidade, na qual o governo nega sistematicamente para secções significantes das suas populações a satisfação das necessidades humanas, sendo estas tanto materiais e biológicas (como alimentação ou segurança) ou imateriais (identidade, participação e autonomia). A prevalência de uma cultura política de exclusão absoluta é certamente conseqüência do modelo do Estado africano, um tipo de Estado que foi criado na descolonização por consenso internacional, mantido como entidade “juridicamente soberana” pelo sistema internacional e, sendo assim, dispensado da necessidade de buscar legitimidade interna para sua sobrevivência. Esta conclusão leva a uma série de repercussões graves no que se relaciona ao exercício de poder no continente. Significa que, sem a sistemática transformação do processo político na África, criando efetivos sistemas participadores de inclusão política e social, bem diferentes destas “democracias” eleitorais de pouco profundidade, atualmente muito na moda, não haverá paz. Significa também que as negociações e intervenções de criar e manter paz permanecem obras inacabadas, se por acaso as causas profundas dos conflitos não forem abordadas.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial: Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br